

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E MÉTODOS DE ENSINO EM BRASIL NA PERSPECTIVA DO PERIÓDICO *A INSTRUÇÃO PÚBLICA* (1872-1875)

Teacher training and teaching methods from the perspective of the A Instrução Pública Journal (1872-1875)

Sara Talitiane Viana Machado Leandro de LIMA
Universidade Estadual de Maringá (Brasil)
Correo-e: talitiane.tali@gmail.com

Mario Borges NETTO
Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)
Correo-e: mario.netto@ufu.br

Maria Cristina Gomes MACHADO
Universidade Estadual de Maringá (Brasil)
Correo-e: mcmachado@gmail.com

Recibido: 23 de noviembre de 2020
Envío a informantes: 28 de noviembre de 2020
Aceptación definitiva: 9 de enero de 2021

RESUMO: O objetivo é analisar a preocupação sobre a necessidade de propagação de métodos de ensino para a formação de professores expressa no periódico *A Instrução Pública*. Fundado por José Carlos Alambary Luz, o periódico foi publicado na capital imperial do Brasil, entre os anos de 1872 e 1875. Por meio das publicações, tinha o objetivo de promover o debate sobre a organização da escola pública brasileira. Com a pesquisa, constatou-se que o periódico pretendia, com suas publicações, divulgar conteúdo teórico e prático para os professores que atuavam na província do Rio de Janeiro, de forma a contribuir com a profissionalização do magistério. Dentre os temas abordados no periódico, destacou-se a publicidade dada aos métodos de ensino, dentre eles, o método intuitivo.

PALAVRAS CHAVE: história da educação; imprensa especializada em educação; formação de professores; métodos de ensino.

ABSTRACT: The purpose of this study is to analyze the necessity to propagate teaching methods to increase teachers' qualification produced by the journal *A Instrução Pública* founded by José Alambary Luz, the journal was published in Brazil's imperial capital between the years 1872 and 1875. Through publications, Alambary Luz aimed to promote the debate about the organization of the Brazilian public school. With the research, it was found that the journal intended, with the publications, to disseminate theoretical and practical content to teachers who teaching in the province of Rio de Janeiro, in order to contribute to the teachers' education. Among the themes discussed in the journal, it was evident the publicity given to teaching methods in special the intuitive method.

KEY WORDS: history of education; press specializing in education; teachers' education; teaching methods.

1. Introdução

OBJETIVO DESTE ESTUDO é problematizar a preocupação sobre a necessidade de propagação de métodos de ensino para a formação de professores expressa no periódico *A Instrução Pública*. Indaga-se qual o ideal formativo publicizado pelo supracitado periódico no que se refere à formação de professores e o conhecimento sobre métodos de ensino no século XIX. Publicado na capital imperial do Brasil, entre os anos de 1872 e 1875, o periódico foi criado por José Carlos Alambary Luz (1832-1915) com a finalidade de promover o debate sobre a organização da escola pública brasileira¹ de modo a contribuir com a formação de professores. Esse estudo caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo e analítico, das quais constituem como fontes as publicações do periódico *A Instrução Pública* realizadas entre os anos de 1872 e 1875.

O periódico está disponível na base de dados online da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital, no Brasil. Os arquivos digitalizados revelam o bom estado de conservação do periódico, o que propicia o seu uso como fonte e objeto e revela a importância da conservação dos documentos para que possam transformar-se em fonte, uma vez que é o pesquisador que atribui àquele tal função (Rodrigues e Biccias, 2015). Em relação à metodologia utilizada, foi realizada a leitura do periódico na íntegra, localizando as publicações que discutiam sobre o ensino primário, métodos de ensino e formação de professores. Em seguida, os textos foram ordenados de acordo com a temática para, assim, ser realizada a descrição do conteúdo dos textos.

O recorte temático da pesquisa se justifica pela relevância da imprensa como fonte e objeto para a escrita da história da educação brasileira, contribuindo com o debate sobre a organização das instituições educativas no século XIX e o papel dos atores sociais na construção da escola pública brasileira. Era recorrente a denúncia de que os professores não tinham formação para o trabalho docente, a imprensa pedagógica

¹ O texto integra a pesquisa desenvolvida durante o Mestrado em Educação, cursado no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

seria um veículo para propagação de um modelo de escola, seus conteúdos e métodos pedagógicos, como espaço de contribuição à formação desses professores.

De acordo com Nóvoa (2002), os jornais e revistas possibilitam o entendimento das diferentes concepções defendidas para a educação, pois proporcionam o entendimento das dimensões sociais do processo educacional para além dos programas, reformas e práticas educativas. O modo como os temas educacionais são expostos na imprensa possibilita ao pesquisador apreender sobre os debates educacionais, evidenciando a articulação entre a teoria e a prática, os projetos e a realidade, a tradição e a inovação, «[...] o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos actores em presença (professores, alunos, pais, associações, instituições, etc.)» (NÓVOA, 2002, p. 13).

No século XIX, os periódicos já eram utilizados como meios para os intelectuais se colocarem na cena pública, representando grupos sociais e divulgando os ideais de homens ilustrados por meio da imprensa (MACHADO, 2008). Ao entenderem que a formação não se dá apenas pela via formal, reflexões sobre a imprensa têm grande importância, uma vez que a imprensa foi – e continua sendo – responsável por transmitir concepções, exercendo o papel de formadora de opinião.

Ao declarar a imprensa «[...] partícipe do processo de educação do homem» (ARAÚJO, 2002, p. 59), na qual se estabelecem relações de trocas entre as classes ilustradas e a massa popular, considera-se o importante papel que aquela exerce na sociedade enquanto disseminadora de valores. Essas constatações viabilizam a importância da imprensa para a escrita da história, inclusive, para a história da educação.

A imprensa possibilita muitas perspectivas para a análise da história da educação, permitindo «[...] avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos sociais e filiações ideológicas, as práticas educativas» (BASTOS, 2002, p. 49). Enquanto fonte documental, é possível encontrar, na imprensa especializada em educação, o posicionamento dos intelectuais que militavam por um projeto inovador na educação. Pela imprensa, «[...] projetos de escolarização são arquitetados, socializados, discutidos, aprovados e rechaçados» (SILVIA, NASCIMENTO e ZICA, 2010, p. 249).

O periódico *A Instrução Pública* foi considerado por José Ricardo Pires de Almeida, em seu livro publicado em 1889, como o primeiro periódico pedagógico brasileiro (ALMEIDA, 1989). O principal precursor do periódico foi Alambary Luz, inspetor no Município Neutro² e diretor da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro. Contudo, *A Instrução Pública* recebeu a contribuição de diversos ilustrados da época, tais como, os conselheiros Pedro Autran da Matta e Albuquerque Junior, José Liberato Barroso e Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, os professores Antonio Estevão da Costa e Cunha, Augusto Candido Xavier Cony, Abílio César Borges / Barão de Macahubas, Antonio Severino da Costa, Carlos Brazil, Francisco Alves da Silva Castilho, Antonio Joaquim Teixeira Azevedo, dentre outros.

Nos anos oitocentos, as instituições de formação docente eram escassas no Brasil, ao mesmo tempo, a imprensa era um dos principais meios de veiculação de ideias e de debates. Ao elegermos a imprensa, em especial, a imprensa pedagógica, buscou-se

² Entre os anos de 1834 e 1889, a denominação ‘Município Neutro’ se referia à cidade sede do Império, a capital do Brasil. Localizado na província do Rio de Janeiro, na limitação geográfica correspondente a atual cidade do Rio de Janeiro.

observar como o periódico *A Instrução Pública* abordou os debates educativos e as questões referentes à formação de professores.

O periódico iniciou suas publicações almejando debater sobre a instrução pública, maiormente, o ensino primário, com o intuito de reconhecer os problemas do ensino público e indicar caminhos para o aprimoramento da escola brasileira. Dentre os problemas levantados pelos colaboradores do periódico, a formação de professores institucionalizada foi um tema recorrente. Por essa constatação, o periódico priorizou, em suas publicações, a divulgação de conteúdo teórico e prático para os professores que atuavam na província do Rio de Janeiro e na corte³, de modo a participar informalmente da profissionalização do magistério. Dentre os temas tratados no periódico, destacaram-se os métodos de ensino propagados para serem adotados nas escolas primárias. A expansão da escola primária, gratuita, obrigatória e laica exigia professores que soubessem não somente o conteúdo a ser ensinado, como também os processos adequados para seu ensino. Na próxima seção, trataremos sobre a divulgação dessa temática no periódico.

2. Os professores precisam de formação? Divulguemos métodos de ensino!

Os métodos de ensino, para uso nas escolas primárias, ocuparam espaço de destaque nos debates realizados sobre a instituição da escola pública. Em 1852, Gonçalves Dias criticou a ausência de organicidade nas escolas brasileiras quanto ao uso dos métodos de ensino. Para ele, por desconhecer os métodos ou pela ausência de meios que permitiam sua aplicação, os professores não os utilizavam. A carência de compêndios, objetos, utensílios pedagógicos e recursos financeiros para o uso dos métodos foi atribuída aos pais e ao governo que pouco investia na instrução. Salientou a importância de um ensino unificado, com o mesmo método de ensino em todas as escolas brasileiras, de modo que o aluno não sofresse ao mudar de escola (DIAS, 1852).

No Brasil, a Lei de Ensino de 1827, de abrangência nacional, determinou como método oficial para ser adotado nas escolas primárias o método mútuo, conhecido também como lancasteriano. Com o Ato Adicional de 1834⁴ à Constituição de 1824, regulamentou a descentralização, tornando responsabilidade das províncias definirem a organização e o financiamento das escolas primárias. Em 1854, no Município Neutro, a reforma Couto Ferraz definiu que, para as escolas, o método de ensino simultâneo, permitindo ao inspetor geral de Ensino, quando necessário, a aprovação de método de ensino relativo aos recursos da instituição de ensino. As reformas promovidas por Paulino José Soares de Souza (1870), Antônio Cândido Cunha Leitão (1873), João Alfredo Corrêa de Oliveira (1874) não propunham a adoção de um método específico para as escolas. Em 1879, o decreto de Leôncio de Carvalho acrescentou a disciplina

³ *A Instrução Pública* não mantinha vínculo oficial com o governo imperial, mas foi custeado e distribuído no Município Neutro para os professores que atuavam no ensino primário.

⁴ Aprovado em 12 de agosto de 1834, o Ato Adicional foi uma emenda constitucional à Constituição de 1824, que delegou poderes às províncias. Assim, cada província passou a ter a competência de legislar sobre vários setores da sociedade, dentre eles, a instrução pública. Conhecido pela descentralização, a emenda determinou que cada província seria responsável por organizar o ensino primário e o ensino secundário. O governo imperial ficou encarregado pela organização do ensino primário e secundário do Município Neutro e do ensino superior em todo o império (BRASIL, 1834).

de lições de coisas, forma pela qual o método intuitivo era conhecido, ao currículo primário⁵.

Nesse contexto, a preocupação com os métodos de ensino se fizeram presentes nos debates entre os ilustrados que entendiam a educação como essencial para o progresso do Brasil. De acordo com Monarcha (2016), os novos métodos de ensino, promovidos na segunda metade do século XIX, se opunham ao ensino apoiado na palavra do professor, na leitura mecânica e na memorização. Os métodos deveriam ser adequados à fisiologia humana, o que a primazia do catecismo e da memorização não considerava (MACHADO, 2002). O ensino precisava garantir a educação integral: física, moral e intelectual. Nesse sentido, o periódico *A Instrução Pública* dedicou-se a publicar propostas de métodos tidos como modernos e opostos ao tradicional ensino das escolas primárias. Vale ressaltar que nos dois primeiros anos de publicação houve maior incidência de textos que discutiam os métodos de ensino, período que corresponde a maior participação de Alambary Luz no periódico.

No movimento de renovação pedagógica, vivenciado na segunda metade do século XIX em âmbito internacional, os métodos de ensino estavam inclusos nos debates dos que se propunham a discutir sobre a organização da instrução pública. O debate sobre a oferta de educação para o povo se expandiu no final do século XVIII, em um conflito entre educar ou não a todos. Já em meados do século XIX, assegurados da necessidade da instrução às classes populares, as discussões se voltaram para os conteúdos e como estes deveriam ser ensinados nas escolas (MACHADO, 2002).

De acordo com Schueler (2005), nos anos de 1870, emergiram propostas de ensino de várias disciplinas escolares, idealizadas e aplicadas por professores públicos primários na capital do império brasileiro. Em um movimento em prol da nacionalização dos métodos de ensino e dos materiais pedagógicos, professores e educadores passaram a veicular seus métodos e experiências de ensino em conferências, palestras, livros, cartilhas e publicações. Entre os vários métodos propostos no periódico, apresentava em comum o fato de se oporem ao tradicional método de soletração e memorização.

Alguns métodos foram apresentados e discutidos nos textos de *A Instrução Pública*, indicados pelo diretor do periódico, outros, por professores públicos. Em algumas situações, professores vieram ao periódico propor métodos de ensino em contraposição a algum método de ensino apresentado pelo periódico. É o caso do Método Bacadafá, que foi sugerido pelo periódico como uma metodologia de ensino para ser instituída nas escolas primárias, mas que segundo Alambary Luz, para alguns professores que atuavam no Município Neutro, sua adoção não era vista com bons olhos.

Em 1873, o professor Cony justificaria ter elegido escrever sobre os métodos de ensino por ser a temática à qual menos os professores primários se dedicavam, afirmando que

[...] de todas as materias de ensino primario é esta menos estudada, porque é tida como muito conhecida, e a mais desprezada, porque a illustração do professor tanto mais della se afasta quanto sobe em summa de conhecimentos. (*A INSTRUÇÃO PÚBLICA*, 1873, n. 23, p. 178).

⁵ As reformas citadas abrangiam o ensino primário do Município Neutro, visto que após a descentralização do Ato Adicional de 1834, as províncias eram responsáveis pela organização desse nível de ensino.

O período de publicação do periódico ocorreu em um momento em que a discussão sobre a oferta do ensino primário para as classes populares se expandia. Relatórios estatísticos da época demonstram que parte significativa da população era analfabeta e não tinha acesso à leitura. Os dados levantados no Repertório Estatístico do Brasil (IBGE, 1986), mencionam que, no ano de 1872, no Brasil, havia 4.552 escolas, com 139.321 matrículas registradas, para uma população de dez milhões. Em 1876, o conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo divulgou parecer estatístico indicando que 80 % da população brasileira livre era constituída de analfabetos, sendo que entre os escravos essa porcentagem era de 99,9 % (BRASIL, 1877).

Assim, o debate voltava-se para propostas de caminhos para que a educação institucionalizada promovesse a formação do cidadão e, conseqüentemente, o progresso e modernização do país. Nos anos de 1870 e 1880, nas discussões sobre a instrução primária, o método de ensino a ser adotado nas escolas esteve em evidência. O processo de escolarização exigia professores com formação e não seria possível que todos frequentassem a Escola Normal, assim, por meio da imprensa pedagógica seria possível estimular o estudo e a diversificação para o ensino.

Ao tratar da organização das aulas e dos usos dos métodos de ensino, o periódico criticava a forma como estava estabelecido o ensino nas escolas e comprometia-se em publicar aos leitores informações sobre os diversos métodos e modos de ensino, utilizados pelos ditos países cultos, como forma de contribuir para o aprimoramento da instrução primária brasileira, com a melhoria do trabalho do professor. Várias edições trouxeram textos em formato de lições para serem utilizadas pelos professores em suas aulas. A necessidade em oferecer aos leitores lições para uso em sala de aula evidenciava a preocupação dos professores do periódico com a ausência de formação dos docentes atuantes nas escolas primárias. A década de publicação do periódico foi marcada pela divulgação do método intuitivo no Brasil.

Ao apresentar os métodos de ensino, o periódico citou nomes considerados relevantes no século XIX por se dedicarem à educação, com o intuito de legitimar ou refutar alguma proposta de ensino. É o caso dos franceses Michel Charbonneau, Jean-Jacques Rapet, Marie Pape-Carpantier e Celestian Hippeau e do americano Horace Mann. Recorrer a pensadores e políticos estrangeiros foi justificado no periódico pela escassez de propostas nacionais, «[...] porque com pesar o dizemos, não temos entre nós material próprio, a nossa prata não está contrastada pelo uso, que é quem sanciona a lei em matéria de ensino e muito principalmente no de linguas» (*A INSTRUÇÃO PÚBLICA*, 1873, n. 23, p. 178). De acordo com Leonel (1994), a influência francesa sobre os países na organização das instituições de ensino é inquestionável. Ao publicar os escritos de Charbonneau, Rapet, Pape-Carpantier e Hippeau, observa-se como o periódico estava em sintonia com os debates do período e buscava, nos educadores franceses, fundamentar suas propostas para a organização da escola pública brasileira.

No entanto, Villela (2002) ressalta que, até o final da década de 1850, as influências internacionais sobre a instrução brasileira eram, predominantemente, europeias, em especial lusitanas e francesas. A partir dos anos 1860, ganharia espaço o modelo republicano dos Estados Unidos. Nesse sentido, o uso frequente de Horace Mann nos textos do periódico corrobora uma tendência que se manifestou naquele momento.

Em texto publicado na edição n. 14, de 1872, o professor Costa e Cunha defendeu a necessidade de se buscar em outros países, que não a França, inspirações para a organização da instrução brasileira. Ao citar Hippeau, afirmou que a própria França

buscara inspiração nos modelos de ensino da Inglaterra, Estados Unidos e Prússia, referindo-se aos relatórios produzidos por Hippeau sobre a educação dos países (*A Instrução Pública*, 1872, n. 14).

O relatório produzido por Hippeau sobre a educação nos Estados Unidos (1870) foi utilizado por diversos intelectuais brasileiros, no final do século XIX. Além de citar Hippeau em diversos artigos, alguns dos relatórios produzidos por este sobre a instrução pública em vários países foram parcialmente reproduzidos no periódico. Foi o caso da Inglaterra que foi citada em 16 edições e Alemanha, em seis. O relatório sobre a instrução nos Estados Unidos foi citado em alguns textos, mas não teve partes reproduzidas no periódico.

Na edição de n. 7, de 1872, foi publicado um texto do professor Costa e Cunha, intitulado «O ensino primário e seus methodos», no qual tratou sobre as Lições de Coisas. Ao apresentar o método utilizado na Inglaterra e nos Estados Unidos, defendeu a implementação deste no Brasil, desde que houvesse a capacitação dos professores e a aquisição dos materiais essenciais para a aplicação do método (*A Instrução Pública*, 1872, n. 7).

O método intuitivo foi introduzido na legislação brasileira, em 1879, com o decreto de Leôncio de Carvalho, o qual foi apresentado como disciplina do currículo e mencionado nos pareceres de Rui Barbosa em 1882 e como um método que passaria todo o ensino. Posteriormente, houve a tradução e publicação do manual *Primeiras Lições de Coisas*, em 1886, que viabilizaram que os professores utilizassem o método (MACHADO, 2006; SCHELBAUER, 2006).

No entanto, na década de 1870, emergiram propostas fundamentadas no ensino intuitivo para serem utilizadas nas escolas. A visão de que a instrução dos cidadãos contribuiria para se alcançar o progresso corrobora a intencionalidade dos precursores do método intuitivo. Para Valdamarin (2006), o método intuitivo foi pensado como instrumento pedagógico qualificado para reverter a situação da ineficiência do ensino. Ao se tornar esse ensino eficiente, isso potencializaria o desenvolvimento econômico e a estabilização política, formando nos moldes burgueses o trabalhador e o cidadão. No caso do periódico *A Instrução Pública*, propostas metodológicas foram apresentadas como ideais para serem aplicadas nas escolas primárias. Foram os casos do Método Bacadafá, das Preleções Elementares, do Método de Leitura de Michel Charbonneau, do Método Portuguez Castilho, do Método de Abílio César Borges, que serão apresentados adiante no texto.

No texto *Preleções elementares*, publicado nas edições de n. 24 e 25 de 1872, Costa e Cunha atribuiu o progresso do ensino primário nos Estados Unidos ao uso generalizado do método nas escolas. Ao apresentar as preleções elementares como um método, caracterizou-o como propulsor de «[...] idéas sãs da moral, da ordem, do útil, do bello, e noções exactas dos corpos e da sua fôrma, caracteres, estructura, propriedades, etc.» (*A Instrução Pública*, 1872, n. 24, p. 199). Entre os objetivos finais alcançados com o uso do método, Costa e Cunha apresentou o desenvolver da inteligência, a formação do coração, o aprimoramento da memória, a nomeação de objetos e a organização do pensamento por meio de expressões precisas.

O texto completo foi publicado em duas edições e trouxe exemplos da aplicação do método. Foram apresentados exemplos elaborados por Aikin, Hippeau e Costa e Cunha. As preleções elementares, sugeridas pelo professor, eram semelhantes ao Lições de Coisas, de Calkins, traduzido e adaptado por Rui Barbosa e publicado em

1886. Costa e Cunha orientou os professores de como estes deveriam fazer uso do método das preleções elementares,

Nas preleções elementares, que constituem uma verdadeira gymnastica intelectual, pois são para o espirito o que a outra gymnastica é para o corpo, deve o mestre, mais ainda que nos outros estudos, partir sempre do conhecido para o desconhecido, do facil para o difficil, do simples para o composto, do concreto para o abstrato, do todo para as partes, e enfim «primeiro a synthese depois a analyse, seguindo, não a ordem do assumpto, mas a marcha da natureza». (*A Instrução Pública*, 1872, n. 25, p. 208)

O professor finalizou o texto sugerindo ao governo imperial a efetivação das preleções elementares nas escolas primárias, afirmando que, se não fossem as normatizações legais e a ausência de meios e recursos para a aplicação do método, os professores já estariam fazendo uso para melhorar o ensino primário. Posteriormente, seriam publicados em algumas edições exemplos de preleções elementares para serem utilizados como modelos pelos professores. Costa e Cunha (*A Instrução Pública*, 1872, n. 24; n. 25; 1873, n. 2; n. 5) afirmou que, pela eficácia propiciada por esse modo de ensino e a ausência de livros e manuais para formação dos professores sobre o método, o periódico abriria espaço para que os professores tivessem acesso a essa forma de ensino. A imprensa pedagógica assumia assim, a tarefa de disseminar o método aprimorando a formação do professor.

Outro método de ensino tratado no periódico foi o de Abílio César Borges, citado no periódico algumas vezes. Para Alambary Luz, o método era o modelo ideal para ser adotado nas escolas primárias, pois abrangia o desenvolvimento das três faculdades necessárias para a formação do homem. Justificou que «[...] o methodo Abilio será, como é, o unico admissivel na instrucção primaria porque reune e desempenha os seus 3 grandes fins – a educação moral, intellectual e physica da infancia» (*A Instrução Pública*, 1873, n. 2, p. 9).

Abílio César Borges, ou barão de Macahubas, foi um educador baiano, de grande notoriedade. Formou-se em Medicina no ano de 1847, mas não exerceu a profissão. Nos anos de 1856 e 1857 ocupou o cargo de diretor geral dos Estudos na Província da Bahia. Em 1858 fundou o Ginásio Baiano em Salvador, que se destacou pela disciplina branda ao proibir os castigos físicos, métodos renovados e valorização das línguas vivas. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1871 e criou o Colégio Abílio, que funcionou até 1880. Em 1881 mudou-se para Minas Gerais e abriu nova unidade do Colégio Abílio, que funcionou até 1888, quando retornou para o Rio de Janeiro. Em 1883 seus filhos reestabeleceu o Colégio Abílio do Rio de Janeiro, que permaneceu até 1911. Entre os anos de 1872 e 1877, Abílio ocupou o Conselho de Instrução Pública da Corte, por indicação de D. Pedro II (SAVIANI, 2000).

No período de circulação do periódico, Abílio Borges ocupava cargo no Conselho supracitado, o que pode ter contribuído para a divulgação do seu projeto educacional. A fama do Ginásio Baiano e a proximidade com o imperador podem ter viabilizado, entre os educadores, seu método de ensino. Na edição de n. 37 de 1872, em evento realizado no Colégio Abílio para divulgação do seu método, a presença do imperador foi noticiada, e enaltecida seu comprometimento com o progresso (*A Instrução Pública*, 1872, n. 37).

Alambary Luz afirmou que as crianças que eram submetidas ao ensino elementar por meio do método Abílio tinham a possibilidade de adquirir conhecimentos para além do que tradicionalmente estava acostumado a ser ensinado nas escolas primárias. São citados o ensino da leitura, recitação, gramática, escrita, doutrina cristã, aritmética, sistema métrico, desenho linear, história sagrada, geografia geral, história e geografia das espécies brasileiras, cosmografia, noções de ciências naturais, filosofia, canto e ginástica. Os conteúdos incluídos no método de ensino de Abílio abrangiam muito mais do que o que havia na maioria das escolas, o ensino da leitura, escrita e cálculo, muito criticado pelo periódico.

Sobre o processo de ensino utilizado por Abílio Borges, Alambary Luz enfatizou que, para os estudiosos, no caso, os professores, não haveria segredos sobre a aplicação do método. Ao se descrever o método de ensino de Abílio Borges, é possível notar os fundamentos do método intuitivo.

A base do methodo é a intuição; o mestre substitue o livro nos primeiros tempos do aprendizado; as lições são dadas à vista de objectos que prendem as vistas e a atenção dos meninos; a moral é não raro exemplificada; do conhecido parte-se para o desconhecido; da materia se deriva a existencia do espirito e do poder de Deus; das phases, das palavras se tiram os exemplos, e exemplos escolhidos para conhecimento das regras grammaticaes. (*A Instrução Pública*, 1873, n. 2, p. 9)

No texto *Collegio Normal*, publicado nas edições de n. 2 e n. 3 de 1873 e assinado por J. P., os princípios de instrução do método de Abílio Borges são apresentados: inspirar às crianças o amor pelo estudo; apresentar gradualmente os conteúdos; ensinar pela teoria das lições de coisas; e desenvolver as aptidões, as faculdades intelectuais e as faculdades físicas (*A Instrução Pública*, 1873, n. 2; n. 3).

Tanto o método quanto o Colégio de Abílio César Borges seriam enaltecidos no periódico por não utilizarem os castigos corporais como forma de moralizar as crianças. Ao analisar os escritos de Abílio Borges no Congresso Internacional de Buenos Aires, em 1882, Saviani (2000) destaca que o educador brasileiro afirmou opor-se aos castigos desde o início de sua atuação no campo da educação. Para Abílio Borges, aplicar castigos tornava o trabalho docente mais fácil, porém não se alcançavam os verdadeiros fins da educação, que seriam o de persuadir os espíritos e inspirar amor pela virtude. Sobre os castigos corporais, o periódico destacou:

Para a repressão de faltas, para confirmação à observancia das boas regras, outros são os meios adoptados, infinitamente mais eficazes que corrigem sem dôr, que concorrem tambem para sua grande feitura. São os estímulos Moraes, oportuna, suavemente applicados. (*A Instrução Pública*, 1873, n. 3, p. 19)

Do mesmo modo, Abílio Borges acreditava que distribuir prêmios não era útil, uma vez que as crianças não aumentavam a dedicação aos estudos. Utilizou a premiação por 16 anos em seu colégio, mas suspendeu a prática por perceber o efeito contrário que causava: os premiados tornavam-se vaidosos e de difícil trato; os que não eram premiados desanimavam e pioravam, aborrecidos pela humilhação (SAVIANI, 2000).

Os Livros de Leitura⁶, desenvolvidos por Abílio Borges⁷, foram objetos de análise na seção *Noticiário* do periódico, inclusive o próprio autor enviou texto para ser publicado. Em 1872, ao apresentar os livros de leitura, Alambary escreveu: «[...] Fructo sasonado (sic) desse sentimento em peito generoso. [...] Guia seguro e racional dos primeiros passos para o aserto (sic) e realização desse principio» (*A Instrução Pública*, 1872, n. 1). Na edição de n. 6, quando o periódico aprofundou o estudo sobre o Terceiro Livro de Leitura, foram sugeridos pelo conselheiro Magalhães Taques alguns reparos ao livro supracitado.

Em 1889, quando da realização da Exposição Universal de Paris, Abílio foi premiado em várias categorias. Das 18 medalhas trazidas pelo Império Brasileiro, cinco foram concedidas pelos seus feitos. Recebeu uma medalha de ouro e uma de prata, pelo Colégio Abílio; uma segunda de ouro, por seu Terceiro Livro de Leitura; outra de ouro, pelo seu Aparelho Escolar Múltiplo; e uma última de prata, pelo ensino de artes e desenho (VALDEZ, 2006).

Tomado como modelo de ensino no periódico *A Instrução Pública*, o método de ensino de Abílio Borges se destacava pelo aporte e infraestrutura de seus colégios particulares, em que havia todo um suporte material para a aplicação do seu modelo educacional. Os defensores da instrução pública, como Alambary Luz, o viram como um modelo que poderia ser implementado na instrução pública.

Para o ensino da leitura, três métodos foram apresentados no periódico: o Método Bacadafá, o Método de Leitura de Michel Charbonneau e o Método Portuguez Castilho. Desde a Lei de Ensino de 1827, a leitura, escrita e gramática nacional apareciam como conteúdo a ser ministrado no ensino primário. A Reforma Couto Ferraz, em 1854, os incluía no currículo.

O Método Bacadafá foi o primeiro método de ensino da leitura a ser tratado nas publicações do periódico. Na edição de n. 11 de 1872, o método foi citado pela primeira vez no periódico, apresentado como um eficiente método para o ensino da leitura. Alambary Luz afirmou nesse texto que a opinião dos professores da corte quanto à aplicabilidade do método ao ensino primário era desfavorável (*A Instrução Pública*, 1872, n. 11).

Na edição de n. 14 de 1872, o Método Bacadafá ocupou quase duas páginas. Três textos tratavam sobre o método, sendo o primeiro o *Methodo de leitura Bacadafá*, um texto teórico assinado por Alambary Luz, que explicava a origem do método e sua estruturação. O segundo texto, *Methodo de leitura rápido denominado «Bacadafá»*, trazia a transcrição de uma explicação sobre o uso do método, assinada por Antonio Pinheiro de Aguiar, autor do Método Bacadafá. Tratava-se de um material o qual Aguiar havia publicado e entregado como sugestão ao governo para distribuí-lo nas escolas, detalhando a aplicação do método com os alunos e a sequência prática que o professor poderia utilizar. E o terceiro texto, *Parecer do conselho de instrução pública da côrte sobre o methodo de leitura «Bacadafá»*, o qual transcrevia o parecer emitido pelo Conselho de Instrução Pública sobre o requerimento realizado por Antonio

⁶ VALDEZ (2006) apresenta um total de cinco livros: *Primeiro Livro de Leitura* (1866), *Segundo Livro de Leitura* (1866), *Terceiro Livro de Leitura* (1871), *Quarto Livro de Leitura* (1890) e *Quinto Livro de Leitura* (1891).

⁷ BITTENCOURT (2004) cita que a obra de Abílio teve cerca de 400 mil volumes impressos, distribuídos entre 22 títulos.

Pinheiro de Aguiar, solicitando a adoção oficial do Método Bacadafá nas escolas (*A Instrução Pública*, 1872, n. 14).

O Método Bacadafá foi elaborado pelo professor Antonio Pinheiro de Aguiar e aplicado em seus alunos em meados dos anos de 1860. Alambary Luz descreveu Aguiar como o de um «[...] homem de vontade e coração, vivamente impressionado pela fadiga e aborrecimento dos meninos em começo da vida escolar» (*A Instrução Pública*, 1872, n. 14, p. 108).

O método era composto por quatro personagens: Bacadafá; Gajalamá; Naparásá e Tavaxazá, todos indígenas. A partir de diálogos monossilabos, travados entre esses indivíduos, diálogos formulados pelo professor e os alunos, novas palavras foram formadas partindo das sílabas que constituíam os nomes das personagens. Compunham o método o quadro com as personagens, um quadro com as letras do alfabeto e as sílabas formadas pelas consoantes compostas e uma carta de oito páginas, na qual constavam 133 palavras. É descrito como do tipo silábico, que iniciava o ensino pelos sons ou sílabas, opondo-se à soletração (*A Instrução Pública*, 1872, n. 14).

O periódico noticiou que, em dezembro de 1871, Aguiar havia encaminhado ao governo imperial uma solicitação de reconhecimento do método e apresentado provas de sua eficácia. Com isso, uma comissão foi criada para averiguar os dados e materiais apresentados e uma exposição de Aguiar sobre o método foi solicitada, na qual se fez presente Alambary Luz. Posterior a isso, foi emitido parecer que evidenciava a eficácia do método em detrimento do que se utilizava nas escolas, contudo solicitou-se que fosse aberto, na escola na qual Aguiar atuava, espaço para professores conhecerem o método e que houvesse a contratação de professores adjuntos, remunerados pelo governo, para adquirir a prática do método. Com isso pretendia-se comprovar ou não a eficácia do método, retirando-se a possibilidade de que os professores contrários à implantação de novos métodos pudessem boicotar sua prática, ou, então, no caso de resultado ineficiente do uso do método, Aguiar não viesse atribuir à sua não efetivação nas escolas à má execução do método (*A Instrução Pública*, 1872, n. 14).

Nas edições de n. 19, 28 e 33 de 1872, o professor Costa e Cunha escreveu o texto *O methodo de leitura denominado Bacadafá*. Ao discorrer sobre o Método Bacadafá, refutou a versão apresentada por Alambary Luz de que os professores eram contrários à implantação do método nas escolas primárias. Reconheceu que este atendia aos requisitos de um ensino mais rápido da leitura e diminuía algumas das dificuldades presentes no ensino de leitura pelo método implantado nas escolas⁸ (*A Instrução Pública*, 1872, n. 19; n. 28; n. 33).

Embora esse movimento não possa ser visto com clareza no periódico, Schueler (2005), ao realizar estudo sobre o método de leitura, menciona que, após ofício de Aguiar ao Ministério do Império em 1871, Costa e Cunha passou a divulgar o método na corte. Após o ano de 1872, Costa e Cunha foi responsável por difundir o Método Bacadafá entre os professores, nas Conferências Pedagógicas, na imprensa e aplicá-lo nas escolas em que ministrava aulas. Posteriormente, foi responsável pelo aprimoramento do método para o uso em outras disciplinas.

Na opinião de Costa e Cunha, o método não teria sido aplaudido integralmente pelos professores, pelo fato de eles considerarem que parte do Método Bacadafá não

⁸ Embora não encontremos descrição e ou apresentação dos métodos aos quais o periódico se opunha e caracterizava como atrasados e ineficientes, questões como soletração e memorização são apresentados como práticas em vigência e muito criticadas pelos textos publicados na *A Instrução Pública*.

apresentava resultados satisfatórios e que, para sua efetivação, algumas modificações deveriam ser realizadas, como a incorporação das *preleções elementares*. Em outra edição, Costa e Cunha assinaria um texto no periódico em defesa da institucionalização das preleções elementares na instrução primária, a qual permitia compreender a sugestão da mudança do Método Bacadafá.

Na última parte do texto, quatro meses após a publicação do parecer do Conselho da Instrução Pública, Costa e Cunha propôs que se aplicasse o Método Bacadafá nas escolas, entre três e quatro meses, a fim de que se comprovasse sua eficácia com as possíveis alterações. Salientou que os esforços de Antonio Pinheiro de Aguiar deveriam ser considerados, uma vez que tudo que Aguiar fizera em relação ao Método Bacadafá, inclusive a distribuição de materiais do método, fora de forma gratuita e desinteressada.

Costa e Cunha afirmou que o ensino pelo Método Bacadafá era menos monótono e mais entusiasmante do que o ‘antigo’⁹. Para ele, as figuras e historietas que compunham o material pedagógico do método tornavam o ensino atraente. O método se encaixava no que considerava ideal para a instrução primária. Outro ponto destacado por Costa e Cunha era a representatividade do método enquanto produção nacional, o mentor brasileiro, Pinheiro Aguiar, e o uso de símbolos nacionais¹⁰ na composição do material pedagógico. Destacou que, mesmo aquele que não conhecia a eficácia da prática do método, ao fazê-lo, já perceberia a capacidade de remover vários dos problemas do ensino elementar. Isso porque «[...] já pela sua origem, já pelo aparato dos emblemas brazilicos que constituem a sua base [...] é muito sympathico pelas côres e symbolos nacionaes de que se reveste» (*A Instrução Pública*, 1872, n. 19, p. 158). De acordo com Schueler (2005),

Pinheiro de Aguiar defendia seu método tanto pela sua eficácia técnica, ou seja, pela rapidez com que prometia instruir as crianças, e também os adultos, quanto pela sua importância cultural e política para a formação de um sentimento de nacionalidade e de uma identificação dos indivíduos com a pátria e a história nacionais. Na sua concepção, o sistema possibilitava despertar o interesse dos alunos pelos povos indígenas, pela sua cultura e pelas suas lutas contra os «conquistadores brancos», os portugueses. (SCHUELER, 2005, p. 179)

Entre as diversas funções atribuídas à instrução com a institucionalização do ensino, estava o papel de formar a identidade nacional brasileira. O Método Bacadafá, nesse sentido, acompanhou o movimento de retomar o indígena enquanto figura que remetia à origem do povo brasileiro. De acordo com Schwarcz (1998), o indianismo transformou o indígena em um modelo mítico de herói nacional em diversas áreas da

⁹ Na edição de n. 28 de 1872, Costa e Cunha definiu o método analítico como método antigo, o mais conhecido e aplicado nas escolas. A metodologia do método se inicia o ensino pelas letras, seguidas das sílabas, palavras e frases, por meio da soletração. Em oposição ao método analítico, estão os métodos do tipo sintético: começa com palavras que compõem uma pequena história, para depois fazer a decomposição da palavra pelo som ou pelas sílabas, seguida das letras. O Método Bacadafá estaria no meio termo dos dois tipos: iniciava o ensino pelas sílabas com o adicional de que o ensino era mediado por uma história entre os quatro personagens do método (*A Instrução Pública*, 1872, n. 28).

¹⁰ A influência do romantismo, movimento que exportou a ideia de um império civilizado e retomou as raízes nacionais, aparece na figura dos indígenas que encaminhavam o método (SCHUELER, 2005).

arte¹¹ e alcançou seu ápice nos anos de 1850 e 1860, com a consagração do romantismo no Brasil. Os indianistas, acusados por alguns por ofuscar a existência da escravidão, ganharam visibilidade e obtiveram «[...] sucesso nesse contexto na imposição da representação romântica do indígena como símbolo nacional» (SCHWARCZ, 1998, p. 140).

No texto *Methodos de leitura*, assinado por Xavier Cony e publicado nas edições de n. 23, 24 e 26 de 1873, foram apresentados dois métodos de ensino de leitura, o francês Método de Leitura, de Michel Charbonneau, e o brasileiro Método Português Castilho¹². Na visão de Cony, os métodos de ensino dialogavam com as Lições de Coisas. Os processos de ensino de cada método são apresentados no texto, sendo identificados como opostos aos antigos métodos de ensino da leitura (*A Instrução Pública*, 1873, n. 23; n. 24; n. 26). São caracterizados como

Os methodos de nova soletração, os mais numerosos e importantes de todos, e que além do emprego da nova soletração, que se faz uso nelles, é racional a ordem que seguem na classificação e estudo das letras e dos elementos da palavra, posto que ella seja diferente em cada um; seus exercicios praticos e suas applicações são em geral bem escolhidos e coordenados; ahi acham-se processos e meios a serem empregados pelo mestre. (*A Instrução Pública*, 1873, n. 24, p. 187)

Cony utilizou-se várias vezes do argumento de que o método de Michel teria sido citado por Théry, Dumouchel e Charboneau, com o intuito de legitimar a qualidade do método e, por conseguinte, o método de Castilho. Vale ressaltar que, ao apresentar o Método de Michel, não defendia seu uso nas escolas brasileiras, mas que, na qualidade de ser um dos melhores métodos franceses, no Brasil, este método era o que mais se assemelhava com o método de Castilho. O intuito do professor foi apresentar o método de Castilho como método de leitura apto a ser adotado nas escolas brasileiras e se utilizou do Método de Michel para legitimá-lo. Nesse mesmo texto, citou o método desenvolvido por Abílio César Borges, que, juntamente ao método de Silva Castilho, representam duas tentativas brasileiras de aprimoramento do ensino primário brasileiro. Sobre o método de Michel, Cony explanou:

Recomendo todavia o methodo e os quadros de leitura de Michel. Este methodo apresenta as dificuldades da leitura perfeitamente graduadas, de sorte que os meninos são de prompto levados a ler palavras e pequenas phrases; e em cada lição os principios são immediatamente seguidos de numerosos exercicios que lhes servem de applicação. Neste andar o menino habitua-se ao mesmo tempo a uma pronuncia regular e ao conhecimento da ortografia. (*A Instrução Pública*, 1873, n. 23, pp. 179-180)

Para Cony, os métodos antigos pecavam pela falta de ordem no ensino quanto à classificação das letras e das sílabas. Em contraposição, nos métodos considerados modernos, tal como o de Michel, além da graduação quanto à dificuldade de aprendizagem, as sílabas eram constituídas pela quantidade de sons emitidos nas palavras e não pela quantidade de letras.

¹¹ O indianismo apareceu na poesia, na música, no romance e na pintura. Entre os indianistas estavam Gonçalves Dias, Carlos Gomes, José de Alencar e Porto Alegre (SCHWARCZ, 1998).

¹² Na época, era difundido no Brasil o *Método Português Castilho*, do português Antonio Feliciano Castilho, e o *Método Castilho*, do brasileiro Francisco Alves Silvia Castilho. Embora o primeiro autor tenha sido citado no periódico algumas vezes, esse texto trata do método brasileiro.

O método apresentado no periódico como o Método Portuguez Castilho era conhecido como Escola Brasileira. Seu idealizador, Francisco Alves da Silva Castilho, optou por assim o intitular pela existência do igualmente método Portuguez Castilho, de Antonio Feliciano de Castilho. Ao retomar para o método, Castilho caracterizou-o como de leitura auricular, ou seja, o ensino partia da decomposição das palavras em sílabas e das sílabas em seus elementos fônicos. De acordo com Cony, o método fundamentava-se na leitura como base de todos os outros conhecimentos, fator que levava à indicação de seu uso nas escolas primárias.

Na seção Bibliografia, da edição n. 15 de 1872, Alambary Luz tratou de forma breve sobre o livro *Escola Brasileira – O principio da sabedoria é o temor de Deus*, obra de Castilho, que tratava do seu método de ensino. Para Castilho, a educação popular deveria fundamentar-se na boa moral e em uma filosofia que abrangesse todas as inteligências do homem. De acordo com Alambary Luz, «O Sr. Castilho se houve com pericia nesta empreza e mimoseou a mocidade fluminense com um proveitoso livro. Dirigimos por isso ao distinto professor os nossos emboras mais sinceros» (*A Instrução Pública*, 1872, n. 15, p. 127).

Na edição de n. 26, de 1874, o professor Castilho publicou o texto *Methodos de Leitura*, apresentando o histórico da formação da linguagem escrita. Apresentou que os métodos de ensino não seguiam a mesma lógica em sua composição do ensino, ou seja, no ensino da língua as letras são apresentadas de forma abstratas e não em uma sequência que considera os elementos fônicos. Sob essa perspectiva, propôs-se nos próximos textos a analisar os métodos de leitura, o que não ocorreu (*A Instrução Pública*, 1874, n. 26).

Contemporâneo do periódico *A Instrução Pública*, Antonio de Almeida de Oliveira publicou, em 1873, o livro *O ensino público*, no qual discutiu sobre a situação da instrução pública brasileira e propôs alguns caminhos para melhoramento da educação no país. Entre os temas discutidos, tratou dos métodos de ensino. Em sua concepção, um bom método de ensino seria aquele que atraísse a atenção dos alunos para a aprendizagem.

Apresentou que o método Pestalozzi tornara-se modelo de ensino para todos os países que desejavam reformar a instrução nacional. Entre os exemplos mais significativos, citou o abade Gualtier, na França, Horácio Mann, na América do Norte, e Castilho, em Portugal. Para ele, o melhor modelo de método de ensino seria a versão americana de Mann.

Ao voltar-se para o Brasil, apresentou três métodos de ensino, considerando-os resultado de esforços louváveis de seus idealizadores e que tiveram por fundamento os princípios de Pestalozzi: o método de Abílio Borges, sistematizado nos *Livros de Leitura*, na Bahia e no Rio de Janeiro; o método de Augusto Freire da Silva, em o *Novo Método de Ensino a Ler e Escrever*, em São Paulo; e o método de Pinheiro de Aguiar, denominado *Bacadafá*, Rio de Janeiro. Como vimos, o primeiro e o último método foram considerados pelo periódico *A Instrução Pública* métodos de ensino para serem implantados nas escolas. Como a publicação do método de Freire da Silva ocorreu apenas em 1875¹³, uma suposição da ausência no periódico é a de que os colaboradores do periódico tinham desconhecimento desse método.

¹³ Há uma versão disponível no archive.org de 1906, em sua nona edição.

De modo geral, os textos publicados no periódico *A Instrução Pública* sobre os métodos de ensino para as escolas primárias acompanhavam o movimento de renovação, presente na área educacional, tanto em nível internacional como nacional. Educar o povo por meio da instrução pública já era algo tido como indispensável para os dirigentes da sociedade. O debate se voltava para os conteúdos e como deveria ser ministrada a educação. A formação de professores era precária e as escolas poucas e mal estabelecidas.

Nesse contexto, o periódico defendia a educação como propulsora da modernização da sociedade e a escola como instituição responsável em formar o homem para atuar no progresso do país. Por isso, ao reconhecer a situação de atraso na formação de professores, pretendia, pela divulgação dos métodos de ensino, contribuir com a melhoria da escola primária.

3. Considerações finais

O periódico *A Instrução Pública* reflete a preocupação de alguns integrantes da sociedade brasileira do final do século XIX sobre a necessidade de organização e institucionalização da escola pública. Naquele momento, a preocupação se voltou para a organização do ensino primário e, conseqüentemente, da formação de professores para atuarem nas escolas. Acompanhando o debate em vigência, preocupou-se em divulgar métodos de ensino para os professores, uma vez que a formação docente institucionalizada era incipiente.

A presença recorrente de textos sobre os métodos de ensino refletem os objetivos do periódico, exteriorizado no primeiro texto publicado: apontar caminhos para a melhora da instrução pública. E melhorar a educação pública significava divulgar métodos de ensino e textos práticos para que os professores se apropriassem e fizessem uso em sua atuação docente.

Periódico pioneiro como imprensa pedagógica, os idealizadores de *A Instrução Pública* deixavam explícita a intencionalidade de contribuir com a formação teórica e prática dos professores que atuavam no ensino primário. Alambary Luz fazia coro com aqueles que acreditavam que a modernização do Brasil se daria por intermédio da educação. Assim, a escola pública deveria ser ofertada e precisava ser constituída por professores aptos, que atuariam para a formação do homem.

A participação de Alambary Luz na formação e atuação dos professores de sua época, ao menos no que se refere a sua intencionalidade, reflete a postura dos ilustrados do século XIX que faziam uso da imprensa para divulgar e defender seu posicionamento frente aos diferentes assuntos em voga. Ao propagar as Lições de Coisas, ou método intuitivo como ficou conhecido no Brasil, um método de ensino amplamente divulgado na Europa e nos Estados Unidos naquele momento, o periódico também apresentou métodos nacionais aos moldes do método importado, desenvolvidos por educadores brasileiros e que se adaptavam à realidade das escolas brasileiras.

Influenciado pelas discussões sobre o ‘como ensinar’ e acompanhando os debates internacionais, o periódico publicizou métodos de ensino para a formação de professores. As publicações do periódico evidenciavam o discurso de modernização da sociedade brasileira por meio da instrução pública. Ao colocar os métodos de ensino frequentemente em suas publicações, os idealizadores do periódico *A Instrução Pú-*

blica compreendiam a importância da formação e valorização dos professores para alcançar a almejada transformação da sociedade brasileira pela educação e enxergaram a imprensa como um importante instrumento de modificação da atuação docente. O texto publicado em 1872 explicita esse entendimento: «Nos paizes em que a instrução popular é uma verdade, consideram-se os jornaes que se dedicam exclusivamente à pedagogia e à causa da instrução, como elementos dos mais poderosos e eficazes para o progresso e desenvolvimento do ensino, e as razões são obvias» (*A Instrução Pública*, 1872, n. 19, p. 164). A imprensa pedagógica contribuiria para formar professores ao detalhar experiências consideradas bem sucedidas, novas abordagens teóricas e práticas sobre a metodologia que deveria atender a nova formação desejada, com ênfase para a formação do novo cidadão eleitor e do trabalhador nacional que se bastasse no trabalho assalariado.

4. Referências

- A Instrução Pública*. Rio de Janeiro: Typographia Cinco de Março, 1872-1875.
- ALMEIDA, J. R. P. (1989). *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e legislação*. Trad. Antonio Chizzotti. São Paulo, SP: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC.
- ARAÚJO, J. C. (2002). A Imprensa, Co-partícipe da educação do homem. *Cadernos de História da Educação*, 1(1), 59-62, jan./dez.
- BASTOS, M. H. C. (2002). As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a *Revista do Ensino* do Rio Grande do Sul (1951-1992). In D. B. CATANI e M. H. C. BASTOS (orgs.), *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação* (pp. 47-75). São Paulo: Escrituras.
- BITENCOURT, C. M. F. (2004). Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 30(3), 475-491, set./dez.
- BRASIL. (1834). *Lei n.º 16 de 12 de agosto de 1834*. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL. (1877). *Diretoria Geral de Estatística. Relatório dos trabalhos estatísticos apresentados Ilm.º Exm.º Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império pelo Diretor Geral conselheiro Manoel Francisco Correia, em 31 de dezembro de 1876*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto.
- DIAS, A. G. (1989). Instrução Pública em diversas províncias do norte. Col. Memórias, vol. 42, fls. 336-375. Arquivo Nacional. 1852 In J. R. P. ALMEIDA, *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889) - História e legislação* (pp. 335-365). Trad. Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC.
- IBGE. (1986). *Repertório Estatístico do Brasil: quadros retrospectivos*. Rio de Janeiro: IBGE.
- LEONEL, Z. (1994). *Contribuição à história da escola pública: elementos para a crítica da teoria liberal da educação*, 258 ff. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MACHADO, M. C. G. (2002). *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro, RJ: Fundação Casa Rui Barbosa.
- MACHADO, M. C. G. (2006). O decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In M. STEPHANOU e M. H. C. BASTOS (orgs.), *Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX* (pp. 91-115). 2.^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 2.
- MACHADO, M. C. G. (2008). O papel educativo da imprensa na formação do cidadão republicano brasileiro: a atuação de Rui Barbosa e José Veríssimo. *História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 1, n. 38, 213-235, jan./jun.

- MONARCHA, C. (2016). *A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros (Brasil – séculos XIX e XX)*. Uberlândia, MG: EDUFU.
- NÓVOA, A. (2002). A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. In D. B. CATANI e M. H. C. BASTOS, *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação* (pp. 11-30). São Paulo: Escrituras.
- OLIVEIRA, A. (2003). *O ensino público*. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial.
- RODRIGUES, E. e BICCAS, M. S. B. (2015). Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da *Revista do Ensino* (1929-1930). *Acta Scientiarum Education*, Maringá, 37(2), 151-163, apr.-june.
- SAVIANI, D. (2000). Um barão brasileiro no congresso internacional de Buenos Aires: as idéias pedagógicas de Abílio César Borges, Barão de Macahubas. *História da Educação*, Pelotas, 4(7), 41-58, abril.
- SCHELBAUER, A. R. (2006). O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In M. STEPHANOU e M. H. C. BASTOS (orgs.), *Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX* (pp. 132-149). 2.^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 2.
- SCHUELER, A. F. M. (2005). O Método Bacadafá: leitura, escrita e língua nacional em escolas públicas primárias da Corte imperial. *História da Educação*, Pelotas, 18, 173-189.
- SCHWARCZ, L. M. (1998). *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- SILVA, C. M. N.; NASCIMENTO, C. V. e ZICA, M. C. (2010). Imprensa e Educação na segunda metade dos oitocentos. In C. M. M. MIZUTA, L. M. FARIA FILHO e M. R. PERIOTTO, *Império em Debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista* (pp. 223-251). Maringá: Eduem.
- VALDEMARIN, V. T. (2006). O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In D. SAVIANI, *O legado educacional do século XIX* (pp. 86-131). 2.^a ed. Campinas, SP: Autores Associados.
- VALDEZ, D. (2006). *A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)*, 319 ff. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- VILLELA, H. O. S. (2002). *Da palmatória a lanterna mágica: a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876)*, 343 ff. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

